



EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRICIÚMA E O PAPEL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO CONTROLE SOCIAL MUNICIPAL

Miguel Mário Napoli¹

Palavras-chave: Orçamento Participativo; Controle Social; Orçamento Municipal; Transparência; Criciúma.

Keywords: Participatory Budget; Social Control; Municipal Budget; Transparency; Criciúma.

Introdução

O estudo de caso de Criciúma, município localizado no sul de Santa Catarina, oferece um panorama expressivo sobre a evolução orçamentária municipal e seus reflexos na governança democrática. A partir do início dos anos 2000, a cidade apresentou significativo crescimento de receita, influenciado por fatores como aumento das transferências intergovernamentais, dinamismo econômico regional e expansão das competências municipais em áreas como saúde e educação. Apesar desse cenário favorável, não se observou a consolidação de mecanismos robustos de participação popular, como o Orçamento Participativo (OP), que poderia ter contribuído para maior controle social e alocação mais transparente dos recursos.

Objetivos

O objetivo deste estudo é analisar a evolução orçamentária de Criciúma nas últimas duas décadas, identificar padrões de crescimento da receita e da despesa, e discutir em que medida a eventual presença de um OP estruturado impactaria na maior transparência e o controle social sobre o orçamento municipal.

¹ Mestre em Direito, Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Criciúma – SC, Brasil. E-mail: miguelmanapoli@yahoo.com.br.



Metodologia

A pesquisa baseia-se em análise documental e estatística de dados extraídos do Portal da Transparência de Criciúma e de relatórios orçamentários e financeiros municipais, complementada por informações da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Adotou-se abordagem qualitativa para interpretar os dados à luz do papel que o OP poderia desempenhar como ferramenta de gestão democrática e de fiscalização cidadã. A análise considerou ainda dados históricos apresentados na dissertação de mestrado do autor, bem como comparações perfunctórias com outras municipalidades de porte semelhante.

Resultados e Discussão

O orçamento de Criciúma apresentou crescimento expressivo ao longo dos últimos 20 anos, tanto em termos nominais quanto reais. Esse aumento esteve associado a fatores como a ampliação da base de arrecadação municipal, o incremento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de transferências vinculadas à saúde e educação. Entretanto, a análise da alocação dos gastos revela concentração em áreas administrativas e de custeio, com expansão significativa do quadro de pessoal e aumento de contratos de terceirização, sem que haja, necessariamente, proporcionalidade no incremento de serviços diretos à população.

A inexistência de um OP ativo e institucionalizado no município impediu que esse crescimento orçamentário fosse acompanhado de um processo sistemático de deliberação pública sobre prioridades de investimento. Além disso, as formas atuais de divulgação de dados, ainda que cumpram formalmente a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), apresentam limitações na usabilidade e clareza, dificultando a análise cidadã e o controle social.

Um modelo de OP adaptado à realidade de Criciúma, aliado a melhorias na apresentação dos dados orçamentários, poderia ampliar a legitimidade das decisões de gasto e fortalecer a confiança da população nas instituições municipais.



Isso

requereria

não apenas vontade política, mas também desenho institucional capaz de resistir a mudanças de governo e pressões conjunturais.

Conclusão

O descenso do OP no Brasil decorre de uma combinação de fatores institucionais, políticos e estruturais. Sua revitalização exige não apenas vontade política, mas também desenho institucional capaz de garantir estabilidade, qualidade e integração com outros mecanismos de controle social. Ao propor um modelo de “segunda geração” e fomentar um debate nacional sobre sua institucionalização, este trabalho busca contribuir para a construção de políticas públicas que reafirmem o direito humano à participação política e ao controle democrático do orçamento público.

Conclusão

O caso de Criciúma evidencia que crescimento orçamentário não se traduz automaticamente em maior participação cidadã ou em mais controle social sobre os gastos públicos. A ausência de um Orçamento Participativo estruturado representa oportunidade perdida de democratização das decisões financeiras e de fortalecimento da transparência. A adoção de mecanismos participativos, acompanhados de formatos acessíveis de apresentação dos dados, é passo fundamental para consolidar práticas de gestão pública orientadas pelos princípios da democracia participativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcio Moreira. **A força do Povo**: democracia participativa em Lages. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 172p.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação.
DIAS, N. **Hope for Democracy**: 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. Oficina, 2018.



LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e aprendizado político no orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 33, n. 119, p. 513-532, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302012000200010>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 nov. 2020.

NAPOLI, Miguel Mário. **O Orçamento Participativo e seu descenso no Brasil. Dissertação** (Mestrado em Direito). Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Criciúma, 2021.

RENNÓ, Lúcio; SOUZA, Aílton de. **A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em porto alegre**. Revista de Sociologia e Política, [S.I.], v. 20, n. 41, feb. 2012. ISSN 1678-9873. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31788>. Acesso em 30 nov. 2020.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C.; RÖCKE, A. **Participatory Budgeting in Europe: Democracy and Public Governance**. Routledge, 2016.

WAMPLER, B.; TOUCHTON, M. **Participatory Budgeting: Adoption and Transformation**. World Development, 2020.